

Atuações das mulheres colaboradoras durante a ditadura militar no Chile (1973-1990)

The actions of women collaborators during the military dictatorship in Chile (1973-1990)

Iasmin do Prado Gomes

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0401-3883>

E-mail: iasmin.gomes@estudante.ufjf.br

Samuel Torres Bueno

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1806-7476>

E-mail: samueltorresbueno@gmail.com

Recepção: 15.09.2025

Aprovação: 01.11.2025



Resumo: Este trabalho objetiva investigar as atuações das mulheres colaboradoras da estrutura repressiva durante a ditadura militar chilena (1973-1990). Abordaremos tanto mulheres vinculadas a grupos conservadores e direitistas quanto aquelas que desempenharam papéis dentro da máquina persecutória (a exemplo de detidas que passaram a trabalhar para órgãos repressivos), se localizando entre a condição de serem vítimas e perpetradoras. Nesse sentido, defendemos duas hipóteses. A primeira diz que uma parcela dessas mulheres escolheu defender projetos políticos de caráter autoritário, anticomunista e antifeminista, atuando como colaboradoras em processos de cooptação e sedução de outras mulheres. Dessa forma, ressaltamos que as sujeitas pertencentes às culturas políticas das extremas direitas não são exclusivamente submissas e vítimas do patriarcado, sendo a atuação da primeira dama, Lucía Hiriart, nosso principal caso analisado. Já a segunda, construída a partir das figuras de Luz Arce e Marcia Merino (ex-militantes de esquerda que se tornaram funcionárias da repressão) expõe que a colaboração nem sempre significa uma adesão à ditadura. Visamos analisar a história das mulheres vinculadas às culturas políticas conservadoras e das direitas (área ainda em expansão) e a ao próprio regime ditatorial chileno, uma vez que os casos de Arce e Merino exigem a mobilização das “zonas cinzentas”.

Palavras-chave: Mulheres colaboradoras, anticomunismo, antifeminismo, Luz Arce, Marcia Merino, Lucía Hiriart.

Abstract: This paper aims to investigate the activities of women who collaborated with the repressive structure during the Chilean military dictatorship (1973-1990). We will discuss two women linked to conservative and right-wing groups and those who played roles within the persecution machine (an example of detainees who went on to work for repressive agencies), positioning themselves between the conditions of victims and perpetrators. In this sense, we defend two hypotheses. The first is that some of these women chose to defend political projects of an authoritarian, anti-communist and anti-feminist nature, participating as collaborators in processes of co-optation of other women. In this way, we emphasize that the issues pertaining to the political cultures of the extreme right are not exclusively submissive and victims of the patriarchy, with the activities of the first lady, Lucía Hiriart, being our main case study. The second, based on the cases of Luz Arce and Marcia Merino (former left-wing activists who became repressive officials), shows that collaboration does not always mean adherence to the dictatorship. We aim to analyze the history of women linked to conservative and right-wing political cultures (an area that is still expanding) and to the Chilean dictatorial regime itself, since the cases of Arce and Merino deactivated the mobilization of the “grey zones.”

Keywords: Collaborators women, anti-communism, anti-feminism, Luz Arce, Marcia Merino, Lucía Hiriart.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, intelectuais têm chamado a atenção para o fato de que historiadoras feministas vêm estudando a si mesmas desde a construção e a consolidação do campo de estudo em História das Mulheres e de Gênero. O que não é um problema, muito pelo contrário, já que isso contribui para a pluralidade de vozes na pesquisa historiográfica e fomenta a desconstrução do sujeito universal masculino pautado na imagem do homem branco, ocidental, hétero, cis e sem deficiência, além de evidenciar o quanto os movimentos feministas são políticos e estão diretamente conectados com os fatos históricos.

No entanto, a ênfase em escrever a História das Mulheres unicamente por meio das reivindicações, ações e projetos dos movimentos feministas contribuiu para a existência de uma pequena parcela historiográfica de estudos no que tange às atuações das mulheres conservadoras e das direitas (Morant, 2018; Sepúlveda, 2023). A pouca atenção recebida pelas agentes das culturas políticas das direitas não apenas na historiografia, mas na área das Ciências Humanas de maneira geral, se entrelaça à errônea concepção de que essas sujeitas são exclusivamente subordinadas ao sistema e vítimas do patriarcado. A ideia de experiência única e específica atribuídas a esses grupos é um dos motivos que justificam a importância de se desenvolver uma tradição em estudos sobre as mulheres de direita. De acordo

com Vanessa Tessada Sepúlveda (2023, p.210, tradução nossa), “a historiografia tem invisibilizado as mulheres conservadoras como sujeitos políticos”.

As diferentes formas de implicação feminina direta na prática da violência (como perpetradoras ou coautoras) igualmente ensejam relevantes desafios analíticos à produção acadêmica. Devido à razões mais do que justas, os estudos têm majoritariamente enfatizado a mulher na condição de vítima, seja como alvo direto da violência perpetrada por um homem ou estruturas sociais e históricas como o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo que sustentam e reproduzem privilégios masculinos. Em contrapartida, as pesquisas que examinam a mulher enquanto autora ou cúmplice da violência permanecem ainda incipientes (Fernández Villanueva, 2011; Beltrán Galvéz, 2012; Ros Matturro, 2025; Aravena Tapia, 2021). Todavia, a explicitação de que as mulheres podem perpetrar direta ou indiretamente é intrigante na medida em que combate formulações essencialistas cujos efeitos não somente limitam a interpretação científica, mas também se alinham aos valores conservadores e reacionários. Nesse sentido, pretendemos refletir sobre a colaboração de mulheres à ditadura chilena (1973-1990), compreendendo, assim como Jordán (2014) e Vidal (2023), que esse fenômeno abrange formas bastante diversificadas de presença em espaços que serviram à sustentação daquele regime, tanto no que diz respeito ao aspecto da cooptação da sociedade civil quanto à dimensão repressiva *stricto sensu*.

Logo, analisaremos as atuações de mulheres colaboradoras (que, nesse caso, também entendemos como mulheres das culturas políticas conservadoras e das direitas) na construção do golpe contra Salvador Allende, na valorização do ideal de mulher fomentado pela ditadura e em instituições como os *Centro de Madres* e a *Secretaría Nacional de la Mujer*. Evidenciaremos como o anticomunismo e o antifeminismo foram usados pela extrema direita como instrumento de cooptação de outras mulheres, sobretudo as populares. Nesse processo, abordaremos brevemente a participação de uma grande colaboradora do Estado ditatorial chileno, a primeira dama Lucía Hiriart. Além disso, nos debruçaremos sobre como casos de Luz Sandoval Arce e Marcia Alejandra Merino Vega (que possuía o codinome de “La Flaca Alejandra”), duas ex-militantes de esquerda que trabalharam em organismos sangrentos¹, a DINA (*Dirección de Inteligencia Nacional*)

¹ Além de Luz Arce e Marcia Merino, é possível mencionar outras mulheres que atuaram no aparato repressivo chileno, como os de Ingrid Olderock e Adriana Rivas. Diferentemente de Arce e Merino, contudo, a inserção dessas últimas em instituições violentas não parece ter ocorrido sob coerção. Ingrid Olderock era capitã dos Carabineiros (a polícia militar chilena) e foi responsável pela formação do chamado “esquadrão feminino” da DINA (Guzmán, 2021). Inclusive, o premiado curta de animação *Bestia* (Hugo Covarrubias, 2021), justamente retrata Olderock. Adriana Rivas,

e a CNI (*Central Nacional de Informaciones*), delatando ex-companheiros/as depois de várias torturas (incluindo abusos sexuais) e se localizando em um terreno complexo e dúbio, entre os papéis de vítimas e perpetradoras.

AS MULHERES CONSERVADORAS NO GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE

Para entendermos as atuações das mulheres conservadoras e das extremas direitas durante a ditadura militar do Chile (1973-1990), é necessário termos em mente que disputas no que tange à identidade de gênero ocorreram em momentos anteriores no país. Inclusive, no de Salvador Allende, o primeiro presidente socialista democraticamente eleito na América Latina. Com o apoio da Unidade Popular - coalizão de partidos de esquerda que fortaleceram a sua candidatura - ele foi eleito presidente nas eleições de 1970 com 36,6% dos votos, superando o candidato Jorge Alessandri do Partido Nacional, o PN (Sader, 1992).

O socialista almejava construir um Estado popular onde pautas como a estatização da economia, a nacionalização de produtos, a reforma agrária e o direito à educação e à alimentação de qualidade seriam implementados (Borges, 2013). O seu programa de governo era intitulado “Via chilena ao Socialismo” e buscava uma transição gradual ao socialismo, contrariando as culturas políticas de direita nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, as esquerdas que defendiam a luta armada (Sader, 1992).

No governo de Salvador Allende foi fundada a *Secretaria Nacional de la Mujer* que substituiu a *Oficina Nacional de la Mujer*, criada no decorrer do mandato do democrata cristão Eduardo Frei (Largo, 2017). A criação da *Secretaria* fomentou a institucionalização das pautas femininas, assim como a ampliação de órgãos atrelados às concepções de gênero: havia a previsão de que o governo socialista construísse o Ministério da Família e o Código da Família, projetos interceptados pelo golpe de 1973. A própria Ministra do Trabalho, Mireya Baltra, afirmou que a igualdade consistia em um dos pilares da revolução chilena. A garantia de direitos civis e trabalhistas para as mulheres foram medidas adotadas pelo Estado, além da defesa da socialização do trabalho doméstico - que esteve presente em discursos de Salvador Allende e em programas sociais da *Secretaria Nacional de la Mujer*:

por sua vez, ingressou nas forças armadas como secretária de Manuel Contreras, líder da DINA, mas rapidamente se tornou agente e torturadora após treinamento ministrado pela própria Olderock. A trajetória de Rivas foi problematizada pela sua sobrinha, Lissette Orozco, no documentário *El Pacto de Adriana* (2017).

Apesar de não constar do programa de governo, a demanda pela socialização do trabalho doméstico foi sendo incorporada aos discursos de Allende e aos programas sociais por meio das ações da Secretaria Nacional da Mulher. As tarefas relacionadas ao cuidado deveriam ser socializadas e garantidas pelo Estado de forma a criarem condições para uma incorporação massiva das mulheres à esfera produtiva que seria empregada, principalmente nos setores têxtil e pesqueiro, no trabalho artesanal e na educação (Allende 2016 como citado em Maciel, 2021). Assim, a criação de restaurantes públicos, creches, lavanderias comunitárias e ações como a entrega de refeições para trabalhadoras e suas famílias possibilitariam a liberação das mulheres do trabalho doméstico (Maciel, 2021, p. 327).

De acordo com Maciel (2021), a Unidade Popular proporcionou transformações de gênero reconhecendo a subalternização das mulheres dentro do sistema capitalista. Questão que não invalida as contradições desse governo em relação às características que os partidos de esquerda atribuíam ao feminismo nessa época. Muitos segmentos comunistas e socialistas o concebiam como fenômeno burguês importado da Europa e dos Estados Unidos (Kirkwood, 1982).

Nesse período, a oposição recorreu aos estereótipos socialmente e historicamente atribuídos aos gêneros com a finalidade de desmobilizar a base de apoio da esquerda e consolidar o golpe militar de 11 de setembro de 1973. Foi fomentada a narrativa de que as mulheres como mães, esposas e cuidadoras do lar deveriam proteger o seu núcleo familiar dos malefícios do marxismo de Salvador Allende. À categoria “mulher” foram atribuídas características maternas, religiosas e “femininas”, enquanto o “homem” foi concebido como autoridade máxima e provedor da família. Mulheres conservadoras tentaram envergonhar homens no que diz respeito à sua honra, coragem e até mesmo à orientação sexual, almejando incitá-los a agir contra o governo socialista. Observa-se como o perfil machista que outorga ao gênero masculino características como a virilidade e a bravura caminhou em conjunto com o modelo de mulher salientado anteriormente (Power, 2008). O trecho abaixo ilustra bem essa questão:

Entre março e setembro de 1973, mulheres conservadoras iam aos quartéis do exército e lançavam milho e penas aos soldados, insinuando assim que os homens eram “galinhas” e “maricas”. Segundo Luis Torres, suboficial da aviação na época, o propósito delas era dizer aos homens “que não eram capazes de defender suas mães, suas esposas e filhas, suas famílias em geral; [que] não tinham a valentia nem a capacidade intelectual para defender isso. Que eram uns covardes”. Em uma sociedade homofóbica como a chilena, chamar um homem de covarde é uma afronta grave (Power, 2008, p. 253, tradução nossa).

Um outro acontecimento que marcou a oposição à Unidade Popular e a organização das mulheres das direitas foi a *Marcha de la Mujer Chilena* que integrou sujeitas de classes sociais distintas e foi disseminada em salões de beleza e *Centros de Madres* localizados em bairros periféricos (Power, 2008). Também ressaltamos a *Marcha de las Cacerolas Vacías*, organizada em dezembro de

1971 por mulheres do Partido Nacional (PN), do Partido Demócrata Cristão (PDC) e independentes. O ato que contava com mulheres e suas panelas vazias - associando o comunismo à fome e à carestia - foi mais bem sucedido que o esperado, fortalecendo a oposição no que tange à mobilização das mulheres contra a Unidade Popular, consagrando a “mulher chilena” como grande símbolo anti-allendista e contribuindo para a formação do *Poder Femenino* em 1972 (Power, 2008).

Como o presidente socialista criou vínculos e afetos com os grupos subalternizados, era essencial atrair os setores populares para a luta contra o marxismo. Mesmo com a inserção das agentes de direita no espaço público, elas foram tidas como apolíticas e suas ações de protesto como uma extensão das tarefas domésticas. Destacamos a organização *Poder Femenino* que contou com componentes de múltiplos setores sociais e alcançou protagonismo frente às mobilizações contra o governo socialista. Observamos que foi construído todo um cenário onde as mulheres foram para as ruas acreditando proteger as suas famílias dos malefícios da esquerda, muitas delas, motivadas pelas crises de abastecimento de alimentos e as propagandas e conspirações protagonizadas pela burguesia e o empresariado chileno (Power, 2008).

Como já sinalizado, para entendermos as disputas políticas pela categoria “mulher” estruturadas durante a ditadura militar chilena é importante conhecermos como contextos anteriores corroboraram para a deflagração e sustentação desse fenômeno. Na década de 1930, por exemplo, o Partido Conservador prometia melhorar as condições de vida das mulheres chilenas usando como justificativa a proteção das famílias. Essas promessas careciam de um aprofundamento e reconhecimento das desigualdades de gênero materializadas na História do Chile (Power, 2008). Esse movimento persistiu sob novas características nas décadas seguintes, corroborando para que em 1963 fosse fundado o grupo feminino conservador intitulado *Acción Mujeres de Chile*². A organização era composta por mulheres de elite adeptas da política de Eduardo Frei e da Democracia Cristã. Apesar de não alcançar uma quantidade significativa de componentes, teve um papel central no que tange à mobilização das mulheres anticomunistas nas eleições de 1964 e 1970.

Durante as eleições presidenciais de 1964 foi desenvolvida a “Campanha do Terror” que orquestrou propagandas anticomunistas e anti-allendistas com

² Vale citar que Elena Larraín - uma ativista conservadora que nos anos 1960 ingressou na organização *Chile Libre* para denunciar um suposto regime comunista no país - fundou tanto o *Poder Femenino* quanto o *Acción Mujeres de Chile*.

o intuito de atrair votos femininos para a oposição. A campanha recebeu financiamento dos Estados Unidos, que tinham o conhecimento de que no Chile as mulheres votavam de maneira mais conservadora que os homens. O governo de Washington se inspirou na Operação Peter Pan em Cuba e nas ações de sujeitas conservadoras contra João Goulart que fortaleceram o golpe de 1964 no Brasil. O movimento concebeu o comunismo como responsável por roubar os bens materiais de cada família chilena, destruindo-a moralmente e religiosamente. A tentativa de cooptação das mulheres chilenas pelos projetos ideológicos das direitas foi importante para que posteriormente a ditadura militar realizasse um processo semelhante, mas com contornos próprios e ainda mais autoritários (Power, 2008).

IDEAL DE MULHER DISSEMINADO PELA DITADURA MILITAR

A ditadura de Augusto Pinochet forjou uma estrutura neoliberal e socio-política que tinha como uma de suas bases discursos e projetos anticomunistas e antifeministas (Power, 2008; Sepúlveda, 2023, Valdés, 1987). O ano de publicação (1974) dos documentos oficiais do governo *Declaración de Principios del Gobierno de Chile* e *La Junta de Gobierno se dirige a las Mujeres Chilenas*, indica o quanto uma das primeiras preocupações do governo imposto pelo golpe foi cooptar a população feminina em benefício do seu projeto político³. Ambos os documentos fomentam um ideal de mulher centralizado na moralidade cristã e na reprodução de estereótipos de gênero que a associam aos papéis de mãe, esposa e dona de casa.

Apesar desse uso político da identidade de gênero, a própria ditadura entendia que esse modelo não contemplava grande parte das mulheres chilenas. Afinal, muitas delas estavam inseridas no mercado de trabalho e em movimentos feministas e partidos de esquerda. O sistema neoliberal construído pelo Estado autoritário e fortificado com a Constituição de 1980 corroborou para que muitas mulheres, sobretudo as *pobladoras* - pertencentes às *poblaciones*, os bairros populares do Chile - exercessem trabalhos de forma precária e informal para sustentar a sua família. Dessa forma, o corpo social “mulheres”, que já não era remunerado de acordo com as tarefas de reprodução social desenvolvidas - atividades de manutenção da vida como cozinhar, fazer compras, lavar roupa, limpar

³ Os estudos desenvolvidos pela intelectual Victoria de Grazia (1992) têm nos auxiliado a entender como o governo de Augusto Pinochet usou da cooptação para atrair mulheres para o seu projeto político.

a casa, cuidar dos filhos, etc. - teve que lidar com duplas e triplas jornadas de trabalho (Valdés, 1987).

Além disso, as próprias mulheres colaboradoras ocuparam espaços dentro do governo ditatorial, rompendo com a ideia de que o “feminino” não pertence ao âmbito público. O nosso maior exemplo é Lucía Hiriart⁴, esposa do general Augusto Pinochet. De acordo com Alejandra Matus (2013), a primeira dama construiu um exército pessoal perante a ditadura militar devido ao poder econômico, político e institucional que alcançou nesse período. Para a autora, a *Fundación CEMA*, que abordaremos mais adiante, era o exército de Lucía Hiriart, espaço onde exerceu a sua linha política autoritária e neoliberal. Todas essas questões evidenciam que existiram contradições⁵ entre o ideal de mulher valorado pelas narrativas oficiais do Estado e as realidades das mulheres chilenas. Reforçar essa construção contraditória era essencial para defender o projeto ideológico dos militares que se encontravam ameaçados pela modernidade que trouxe à tona várias percepções sobre o que é ser “mulher” (Isla, 2017; Jerez, 2014).

A preocupação da ditadura em comunicar-se com as mulheres através de discursos oficiais, já no início da instauração do sistema repressivo, também pode ser entendida como uma resposta às ações dos movimentos feministas que eclodiram após o golpe e saíram às ruas sob slogans como *Democracia en el país y en la casa*, rompendo com a dicotomia público-privado. E dando fim ao que autoras nomearam como “Silêncio Feminista”. Segundo as produções de Julieta Kirkwood (1982), destacável liderança intelectual dos grupos de mulheres que lutaram contra o autoritarismo, o momento de poucas mobilizações feministas teve início com a conquista do voto feminino em 1949 e findou-se com a concretização do golpe de 1973. É válido salientar que os movimentos feministas chilenos assumiram um caráter altamente político e foram uma das principais frentes de resistência contra a violação aos direitos humanos cometidas pelos militares (Kirkwood, 1982).

Muitos desses grupos de mulheres, conceberam Augusto Pinochet como um “patriarca autoritário” e ressaltaram o quanto os métodos repressivos

⁴ Lucía Hiriart nasceu em Antofagasta, Chile, em 1923, vinda de uma família abastada financeiramente e com histórico político alinhado às direitas e extremas direitas, a primeira dama é conhecida pela sua ambição e protagonismo frente ao aparato ditatorial chileno. Não é por acaso que muitos a consideram mais autoritária que Augusto Pinochet (Matus, 2013).

⁵ Ademais, o governo ditatorial chileno publicamente defendia o modelo da mulher confinada ao espaço doméstico e zelosa com a vida e simultaneamente não podia prescindir deste “esquadrão feminino” da tortura (Aravena Tapia, 2021). Segundos dados trazidos por Ros Matturro (2025), se imagina que 12% do contingente dos agentes persecutórios no Chile eram mulheres.

utilizados por seu governo se articularam com o patriarcado e o masculinismo. Além disso, as feministas elaboraram epistemologias com o objetivo de escrever a História das Mulheres do Chile, conectando tempos históricos e resgatando atuações de sujeitas que lutaram pela emancipação feminina. Nesse momento, onde as esquerdas latino-americanas eram diretamente influenciadas pelos ideais da Revolução Cubana, existia uma preocupação em unir teoria e prática cotidiana entre os grupos de mulheres, articulando as categorias de gênero e classe. Essas epistemologias foram muito bem estudadas por pensadoras como Julieta Kirkwood (1982), já mencionada, e Teresa Valdés (1987), cujos trabalhos também serão abordados neste artigo. Nota-se como existiu todo um cenário que possibilitou que o anticomunismo e o antifeminismo fossem usados como ferramenta política e ideológica do Estado ditatorial. As mulheres das culturas políticas conservadoras e das direitas criticavam os movimentos feministas e entendiam que a origem da opressão era o socialismo e não a estrutura capitalista patriarcal (Power, 2008).

CENTROS DE MADRES

Um dos ambientes que propagaram o ideal de mulher fomentado pelo Estado ditatorial foram os *Centros de Madres* que a partir da década de 1960 conquistaram um espaço destacável na esfera política chilena. Esses adquiriram maior institucionalização com a criação da *Central Relacionadora de Madres* (CEMA) em 1964 e passaram a ser oficialmente estruturados e financiados pelo Estado (Memoria Chilena). Eles tinham como objetivo promover um programa assistencialista para os setores marginalizados da sociedade chilena, sobretudo para as mulheres populares que, a partir de então, tiveram um maior contato com o governo da Democracia Cristã. Ademais, almejava fornecer instrumentos técnicos e econômicos para que as mulheres contribuíssem financeiramente com os seus lares. Inclusive, uma das promessas de campanha de Eduardo Frei foi a distribuição de máquinas de costura para as mulheres chilenas (Power, 2008). Os *Centros de Madres* contavam com uma polarização ideológica, visto que as mulheres chilenas apresentavam segmentos políticos distintos.

Ressaltamos que “Em 1966 havia 3.000 centros em Santiago e 2.500 nas províncias. No ano de 1969 existiam 6.072 centros” (Memoria Chilena, n.d, tradução nossa): “Durante o governo de Salvador Allende, foram 10000 os *Centros* localizados no Chile. O CEMA foi transformado na *Coordinadora de Centros de Madres* (COCEMA), dirigido pela primeira dama, Hortensia Bussi. Essas insti-

tuições receberam críticas durante o governo da Unidade Popular, sendo chamadas de paternalistas e tradicionais por reforçar estereótipos de gênero. No entanto, determinados setores valorizavam a sua contribuição para capacitação e organização das mulheres. Além disso, foram usadas pela oposição, sobretudo o PDC para articular mulheres no que diz respeito à construção do golpe militar (Power, 2008).

Já perante a estrutura repressiva comandada por Augusto Pinochet, os *Centros* continuaram existindo, mas a partir de modificações que os transformaram em instituições privadas presididas por Lucía Hiriart. Nesse contexto, contaram com um grande aparato publicitário, propagandista, autoritário e neoliberal, diferenciando-se dos cenários retratados nos parágrafos anteriores. As cônjuges dos oficiais, as colaboradoras dessas organizações chamadas de “voluntárias”, adotaram uma prática paternalista e assistencialista para com os indivíduos de classes menos abastadas (Memoria Chilena, s.d)⁶. As voluntárias pertenciam a classe média e alta, defendiam as políticas neoliberais adotadas pelo governo e eram responsáveis pela sua promoção (Power, 2008). Em 1974, o COCEMA sofreu novas alterações, sendo transformado em *Fundación Graciela Letelier de Ibáñez CEMA-Chile*. Já em 1981, o seu nome foi alterado para *Fundación CEMA-Chile*.

É importante destacar que as Forças Armadas se apropriaram do termo “povo” por necessidade de legitimar o aparato ditatorial. “Povo” foi concebido como aquele corpo social que amava a liberdade e contestava o marxismo, responsável pela divisão da sociedade chilena. A palavra também foi associada à ideia de nação e comunidade, renegando a categoria “classe”, historicamente vinculada ao socialismo (Valdivia, 2010). Esse é um dos motivos que explicam o fato das *poblaciones* serem um dos principais territórios de atuação da ditadura, inclusive, em relação ao fenômeno de cooptação de mulheres.

Em *Mujeres que sueñan: Las organizaciones de pobladoras en Chile: 1973-1989*, Teresa Valdés e Marisa Weinstein (1993) analisam os *Centros de Madres* e suas relações com as mulheres *pobladoras*. Em entrevistas concedidas às autoras, essas sujeitas disseram que a estrutura dessas organizações era autoritária e ineficiente no que tange à resolução das dificuldades materiais vivenciadas

⁶ Assim como a “Campanha do Terror”, os “Centros de Mães” ligados à ditadura chegaram até as “poblaciones”, os bairros periféricos do Chile, e difundiram os seus ideais de extrema direita. O CEMA desenvolveu cursos para mulheres pobres sobre higiene, alimentação nutritiva e econômica, educação dos filhos e patriotismo. Casos de corrupção em sua administração e fundação foram conhecidos, o que contribuiu para que as organizações perdessem apoio popular.

por elas. Os *Centros de Madres* ofereciam cursos de capacitação e formação para as mulheres, sendo essa a sua principal função. Esses cursos e suas monitoras eram pagos pelas sócias (as integrantes), o que gerava uma distinção entre mulheres que poderiam pagá-los ou não. Uma outra atividade ofertada pela organização era a comercialização e a produção de artesanato com a finalidade de arrecadar fundos para os *Centros*, as sócias e suas famílias. No entanto, *pobladoras* questionaram a dificuldade em participar das exposições e exportações desses produtos, muitas não conseguiam vender o seu trabalho. Também existiram reclamações no que diz respeito à não transparência da direção com os recursos financeiros (Valdés; Weinstein, 1993).

Uma outra medida dos *Centros* era a distribuição de “benefícios” entre as suas integrantes, esses eram materializados em descontos em consultas de saúde e compras de alimentos, por exemplo. É digno de nota que os “benefícios” eram oferecidos em troca da participação das sócias em ações políticas da ditadura sob ameaças de expulsão, o que revela o caráter repressivo da organização. Além disso, elas eram proibidas de se posicionar criticamente diante de sua própria condição socioeconômica, diretamente impactada pelo neoliberalismo. Os testemunhos também revelam que muitas mulheres populares não sabiam da relação entre CEMA-Chile e o Estado ditatorial, pois se inseriram na instituição buscando melhorar as suas necessidades básicas de sobrevivência diante do contexto de fome e desemprego. As questões formuladas por essas sujeitas nos permitem indagar até que ponto foi efetiva a política de cooptação protagonizada pela extrema direita nas *poblaciones* (Valdés; Weinstein, 1993).

Salientamos que os *Centros de Madres* publicaram uma revista denominada CEMA-Chile. A sua primeira edição, datada de outubro de 1977, traz Lucía Hiriart na capa, o que não é uma coincidência. Analisamos algumas edições do impresso e observamos como a imagem de Lucía é projetada como um exemplo de “mulher” a ser seguido e admirado pela população feminina chilena. Observamos que as páginas de CEMA-Chile reforçam um ideal de “mulher” que se articula com o dos documentos oficiais do Estado. Os anúncios publicitários expressos na fonte, concebem o corpo social “mulher” como mão de obra e sujeito de consumo, ressaltando um padrão de beleza e de feminilidade racista e limitado. Por fim, destacamos que 70.000 exemplares da revista foram publicados em 1980 e que a instituição CEMA-Chile dispunha de um programa de 15 minutos na televisão, o principal veículo de comunicação do governo, para abordar os trabalhos desenvolvidos pela entidade. Essas informações são muito importantes para pensarmos nos investimentos financeiros e políticos alcançados por essa estrutura

neoliberal e ideológica protagonizada por mulheres que almejavam atrair outras mulheres para o seu programa.

Secretaria Nacional de la Mujer

A *Secretaria Nacional de la Mujer* foi refundada no Chile em 17 de outubro de 1973, um pouco mais de um mês após a consolidação do golpe. Em seu primeiro ano de funcionamento, as ações desenvolvidas já voltaram-se para a regularização da instituição, tendo como modelo a estrutura da *Sección Femenina de la Falange Española*. As tarefas iniciais da SNM foram promover a organização dos mais de 500 grupos de mulheres que queriam colaborar com a ditadura (Sepúlveda, 2023).

Observa-se que a finalidade do organismo era disseminar o discurso de gênero do governo e doutrinar a população feminina. Os valores aplicados em nível discursivo para sustentar os trabalhos das voluntárias eram os de sacrifício, abnegação e voluntariado frente ao projeto de Reconstrução Nacional. O uso político do voluntariado se relacionou com a criação de uma espécie de “partido do presidente”, questão que parcialmente explica o fato do próprio Pinochet proclamar discursos destinados às mulheres. A associação funcionou como ambiente de intercâmbio e transferência de ideologias e percepções sociais e sobre o “feminino”. Por meio dos trabalhos da SNM houve a politização das mulheres e atuação inédita no que tange às disputas pela categoria “mulher” (Grez, 2019; Sepúlveda, 2023).

As integrantes da organização tinham conhecimento prévio sobre trabalho político, social e cultural e estavam inseridas nas culturas políticas da direita e do mundo conservador. Da mesma forma que as sócias dos *Centros de Madres* apoiavam concepções nacionalistas-alessandristas, católicas e hispanistas. Essas mulheres eram, em sua grande maioria, brancas e de classe média alta. Além disso, muitas delas, haviam participado dos atos contra o governo de Salvador Allende salientados anteriormente (Grez, 2029; Sepúlveda, 2023).

Francesca Grez (2019) aponta que o hispanismo foi essencial para a fundação da *Secretaria Nacional de la Mujer*. O modelo de “mulher” defendido pela *Sección Femenina de la Falange Espanhola* teve respaldo no pensamento conservador, tradicional e católico no que diz respeito aos estereótipos de gênero, na concepção de José Antônio sobre o papel social e político da “mulher”, na modernidade e nas influências do fascismo italiano e do nazismo, atuando como

órgão disciplinador e controlador de corpos femininos⁷. Ideal não muito distante do fomentado pela ditadura militar chilena e disseminado e fortalecido pelos trabalhos da SNM. Lembramos que o próprio projeto político de Augusto Pinochet tinha como bases o autoritarismo e o conservadorismo militar, a Doutrina de Segurança Nacional e o sistema neoliberal, sendo que os dois primeiros tinham relação direta com o catolicismo e o hispanismo.

A partir de 1976, a SNM publicou mensalmente uma revista intitulada “Amiga”, distribuindo-a gratuitamente. O impresso objetivava realizar propaganda do projeto político de Augusto Pinochet em concomitância com a defesa do modelo de mulher valorizado pelo Estado ditatorial. “Amiga” parou de ser publicada em 1983 - segundo a “Secretaria de Relações” não existiam mais motivos para prosseguir com a sua circulação. Tudo indica que a revista parou de ser construída devido à perda de influência política e ideológica da *Secretaria Nacional de la Mujer* (Lechner; Levy, 1984). Ressaltamos que o início da década de 1980 foi marcado por uma crise econômica que acentuou os problemas oriundos do sistema neoliberal instaurado pela ditadura, assim como inúmeras mobilizações populares nas ruas pedindo o fim das violações aos direitos humanos cometidas pelos militares. A estrutura autoritária vinha sendo criticada e denunciada nacional e internacionalmente, contribuindo para o enfraquecimento de suas instituições, e a SNM não foi imune a esse processo de declínio da força política e social da ditadura.

A “traição”, o gênero e o corpo feminino

Marcia Alejandra Merino Vega e Luz Sandoval Arce de engajadas na esquerda chilena (sendo a primeira filiada ao Partido Socialista e a segunda militante do *Movimiento de Izquierda Revolucionária*, o MIR) tornaram-se colaboradoras dos serviços de segurança e repressão da ditadura comandada por Augusto Pinochet. Essas duas mulheres, portanto, simbolizam aquela que provavelmente é a face mais perturbadora e traumática das práticas colaboracionistas: a participação nos órgãos que realizavam o “trabalho sujo” da repressão. Os casos de ambas remetem àquilo que talvez seja uma das especificidades da ditadura chilena

⁷ Neste trabalho, entendemos por hispanismo o fenômeno de resgate e apropriação de símbolos e elementos da ditadura comandada por Francisco Franco na Espanha, realizado por Augusto Pinochet no Chile (Pupin, 2020). O líder autoritário chileno usou da hispanidade americana para legitimar e sustentar o seu projeto político, se aproximando de José Antonio Primo de Rivera, o fundador da Falange Espanhola.

frente às outras do Cone Sul nos anos 1960 e 1970: a incorporação de mulheres em seus quadros repressivos.

Merino⁸ iniciou seus estudos em Antropologia e Arqueologia na Universidade de Concepción em 1967, mas abandonou a trajetória acadêmica ao integrar-se ao MIR, destacando-se já no final da década de 1960 como uma das poucas mulheres em posições de liderança no movimento. Luz Arce⁹ é proveniente de uma família de classe média baixa e foi atleta e educadora física antes de se engajar na militância. Sua trajetória teve início como secretária em *La Moneda*, onde se integrou ao GAP (Grupo de Amigos do Presidente), responsável por providenciar segurança a Allende. Durante o período democrático, Luz Arce publicou *El Infierno* e Marcia Merino lançou *Mi verdad: más allá del horror, yo acuso*, ambos em 1993. De caráter testemunhal¹⁰, esses livros narram as experiências vividas por suas autoras durante as ditaduras. Logo nas primeiras páginas, tanto Arce quanto Merino fazem referência a uma “lenda negra”. Trata-se, em suma, do fato de que elas personificavam a “traição”, que via de regra, no contexto das organizações de esquerda dos anos 60 e 70, em geral, era entendida como a passagem para o “lado oposto”, sendo sinônimo de deserção à ética “sacrificial” isto

⁸ Após o golpe de 1973, Merino foi detida brevemente sem sofrer torturas, mas em maio de 1974 voltou a ser presa, desta vez submetida a severas violências em Curicó. Nesse contexto, escreveu ao MIR pedindo autorização para exilar-se, mas a organização não respondeu. Posteriormente, foi levada ao centro de detenção Londres 38, onde sofreu torturas e realizou o chamado “poroteco”: tratava-se de uma operação na qual Merino saía às ruas em um automóvel conduzido por militares com o objetivo de identificar miristas. Transferida para Villa Grimaldi, conheceu Luz Arce e “Carola”, uma ex-integrante do MIR, que assim como Arce e Merino acabou servindo ao terror após a detenção, mas que não se pronunciou publicamente (Lazzara, 2008). Em 1975, aceitou a proposta de Manuel Contreras para integrar formalmente a DINA. Recebendo salário e moradia custeada pelo órgão, em 1977 foi enviada a um curso na escola de inteligência da DINA, passando em seguida a atuar como instrutora ao lado de Arce e “Carola” (Vega, 1993). Depois, em 1994 foi lançado um documentário para a TV francesa intitulado exatamente *La Flaca Alejandra: vida y muertes de una mujer chilena*, no qual a diretora Carmen Castillo conversa longamente com Merino.

⁹ Em março de 1974, Luz Arce foi presa e levada ao centro de detenção e tortura em Londres 38. No mesmo mês, ela sofreu uma grave lesão no pé direito devido a um tiro disparado por um militar, resultando em sua internação no Hospital Militar até que recebeu sua liberdade temporária. No entanto, uma semana após retornar para casa, uma operação da DINA a levou para Villa Grimaldi. Ao longo de vários meses, ela transitou por diferentes instalações clandestinas, mencionado ter sido alvo de contínuas violências sexuais e torturas. Para além da delação de seus antigos companheiros, Arce esteve envolvida em “poroteos” e protocolou sua renúncia ao CNI em outubro de 1978. No entanto, essa solicitação foi recusada. Em seguida, foi-lhe proposta a liberdade em troca de uma missão secreta no Uruguai (Arce, 1993).

¹⁰ Devido às limitações do que é possível ser discutido em um artigo, elucidamos que o nosso objetivo é discorrer sobre o quanto a trajetória de Arce e Merino revela tons nuançados sobre a colaboração, e não estabelecer uma análise detalhada dos testemunhos de ambas. Para isso, consultar o trabalho de Cortés (2023).

é, a renúncia à vida pessoal e a aceitação da morte em prol da revolução (Longoni, 2007; Vidaurrázaga; Ruiz, 2018). Aqui, cabe sublinhar, seguindo Vidal (2023), que qualificar como "traição" as ações realizadas sob coação seria antiético e perpetuar a estigmatização das vítimas de tortura, sobretudo mulheres acometidas com violações sexuais. Por essa razão, usamos aspas para nos referirmos à "traição", "traidora/as" e "traidore/s".

O ideal revolucionário era exaltado mediante valores de "abnegação" e "coragem", associados à masculinidade, enquanto "fraqueza" e "debilidade" eram ligados ao feminino, configurando uma visão patriarcal dentro das organizações de esquerda (Longoni, 2007; Vidaurrázaga e Ruiz, 2018). Além disso, segundo Ana Longoni (2007), em geral, enquanto desaparecidos e mortos foram frequentemente exaltados como heróis míticos, os sobreviventes eram estigmatizados como "traidores", o que obscurecia sua condição de vítimas, e mesmo após a libertação, os/as que sobreviviam aos centros de tortura e morte continuavam vulneráveis e submetidos a um "fogo cruzado": além de terem sido vítimas de seus repressores, estavam condenados (inclusive à morte) pelas organizações políticas às quais pertenciam.

Também vale apontar que Arce e Merino não foram "traidoras" e "putas" apenas para a esquerda, mas também para as forças militares. No período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970, as mulheres chilenas gradualmente ultrapassaram os limites do espaço doméstico, emergindo na esfera pública e se envolvendo em atividades que, até então, eram consideradas predominantemente masculinas. Nessa linha de raciocínio, segundo Carrera (2005), o golpe de 1973 pode ser entendido como uma tentativa de impedir as transformações sociais, com uma ênfase particular no restabelecimento das dinâmicas tradicionais das relações entre homens e mulheres. Para os setores militares, as militantes "traíram" os papéis de gênero convencionais, uma vez que ao longo do regime de Pinochet, a identidade feminina se resumia às funções de mãe e esposa. Para as mulheres, o peso do estigma de "traidor" era agravado por um componente sexual, que reforçava a pecha de "putas". Sendo assim, essa qualificação desonrosa, vinda da esquerda e dos repressores castrenses, ilustra que o poder patriarcal e misógino atravessa fronteiras ideológicas (Longoni, 2017; Bilbija, 2022).

Para Longoni (2007), a manifestação mais emblemática da "zona cinzenta" pode ser encontrada nos relatos de relações sexuais, ou até amorosas, entre torturadores e prisioneiras. A existência desses laços não anula uma assimetria significativa. A sobrevivência dos/as prisioneiros/as estava quase que absolutamente condicionada à vontade dos capturadores. Esse é um aspecto comum à

maioria dos relatos de sobreviventes: eles não foram salvos por sua habilidade de resistir à tortura ou por se mostrarem úteis aos militares, mas sim devido à uma seleção aleatória (Longoni, 2007). Além disso, não podemos descartar a hipótese de que tais vínculos foram ferramentas extremas de sobrevivência, pois os agentes que se relacionam com as colaboradoras forneciam algumas garantias, a exemplo de não presenciar torturas e um tratamento menos brutal. Assim, Luz Arce esteve sob a “proteção” de Rolf Wenderoth Pozo e Marcia Merino sob a de Miguel Krassnoff Marchenko (Arce, 1993; Merino Vega, 1993).

As mulheres acusadas de “traição” carregaram um fardo desproporcional de insultos e estigmas, especialmente a marca de “putas”. Essa denominação, oriunda tanto das organizações políticas a que pertenciam quanto de seus maridos e dos próprios militares, era reservada exclusivamente às mulheres, ao passo que os homens acusados de “traição” eram poupados de tal humilhação pública. A “traição” estava associada menos à revelação de informações do que ao suposto envolvimento sexual ou afetivo com os militares, e logo, o que elas diziam sob tortura possuía uma importância diminuta porque o julgamento recaía sobre o corpo e os sentimentos femininos, que deveriam estar subordinados aos ideais revolucionários (Longoni, 2007).

As Zonas Cinzentas na Transição

No contexto de transição democrática no Chile, Arce e Merino assumiram uma nova colaborativa, dessa vez ao contribuir com investigações sobre o período ditatorial, prestando depoimentos à comissão que produziu o relatório Rettig (1991)¹¹ e em processos judiciais. Além disso, em novembro de 1992, Marcia Merino realizou uma coletiva de imprensa na qual fez um pedido formal de perdão. No ano seguinte, como já dito, as duas publicaram relatos de suas experiências. A receptividade a essas súplicas gerou reações polarizadas, com alguns acolhendo suas palavras, enquanto outros se mostraram irredutíveis como se o discurso dessas “traidoras” fosse automaticamente reprovável (Blanes, 2019; Lazzara, 2008).

O estatuto dessas mulheres era indefinido: elas deveriam ser reconhecidas como vítimas, e se beneficiarem das políticas de reparação, ou elas deveriam ser responsabilizadas pelos crimes em que participaram, mesmo que

¹¹ Nessa conjuntura, embora Arce e Merino não foram reconhecidas como vítimas por essa comissão, vale destacar que no portal *Memoria Viva*, tanto Marcia Merino quanto Luz Arce são classificadas como “criminosas”.

involuntariamente? Sobre Merino e Arce persiste uma ambiguidade: elas seriam vítimas ou elas seriam agentes, ainda que involuntárias, das perseguições? Elas foram acometidas a extensas sessões de tortura, a abusos sexuais e a ameaças constantes contra suas famílias, o que conduz à cogitação de que o trabalho com o aparato repressivo tenha se configurado como uma estratégia de sobrevivência em um contexto extremo. Ao detalhar os métodos de cooperação forçada com a máquina repressiva, elas revelaram que participaram em operações que levaram a desaparecimentos e até mortes. Todavia, considerando que tal colaboração se deu sob uma coerção constante, em um cenário onde o livre-arbítrio estava seriamente comprometido, é crível interpretá-las talvez não como vítimas no sentido estrito da palavra (uma vez que elas também serviram à máquina persecutória) e sim como pertencentes a um quadro nebuloso: foram indubitavelmente vitimadas, mas ao mesmo tempo entendemos que elas não constituíram exemplos daquilo que Calveiro (2006) intitulou de “vítimas inocentes”: aquelas que correspondiam a indivíduos que não estavam vinculados às organizações de esquerda) particularmente às de caráter armado), o que incluía menores, pessoas sequestradas em virtude de laços de amizade ou de vizinhança com militantes, assim como testemunhas fortuitas de ações clandestinas dos militares.

A publicação dos relatos de Merino e Arce ocorreu em um contexto no qual os conceitos de vítima e perpetrador (embora este último termo ainda não fosse utilizado para definir os agentes da perseguição) eram principais eixos da discussão política, social e cultural do período imediatamente pós-ditatorial. As trajetórias de Arce e Merino desvelam os efeitos contraditórios do terror estatal e a complexidade de se imputar responsabilidades em situações de violência sistêmica. Consequentemente, Jaume Peris Blanes (2019) mobiliza o conceito de “zona cinzenta” de Primo Levi (2004) para se referir ao percurso dessas mulheres. Para o autor italiano, trata-se de um espaço “[...] com contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une os campos dos senhores e dos escravos [...]”, cuja tendência à explicitação da imprevisibilidade “[...] abriga em si o suficiente para confundir a nossa capacidade de julgar” (Levi, 2004, p. 36).

Nestes contextos, é profundamente imprudente atribuir a culpa de forma individualizada, especialmente considerando que aqueles imersos nesse espaço enfrentaram pressões inimagináveis. Outrossim, reforça-se que a figura dessas mulheres causava bastante incômodo porque elas transitavam em lugares pouco esquemáticos na estrutura repressiva, e sendo sobreviventes, ambas desestabilizam a concepção do mito do desaparecido como mártir: as organizações armadas, ao enaltecer a morte do combatente, impuseram aos sobreviventes um peso de

autoculpa e uma constante suspeita, exatamente por terem preservado a própria vida. Embora o herói seja retratado como alguém que se sacrifica por um ideal, nos espaços de perpetração essa imagem torna-se uma projeção ilusória (Calveiro, 2006; Longoni, 2007).

Retomando o debate em torno de questões de gênero em imbricação com as “zonas cinzentas”, conforme apontado por Jaume Peris Blanes (2019), a colaboração (temporária ou duradoura) com a máquina persecutória não foi um atributo exclusivo das mulheres. Por isso, o autor se questiona por que os casos de Arce, Merino e Uribe têm sido mais frequentemente revisitados do que os de colaboradores-homens e sugere que a maior visibilidade dos casos de Luz Arce e Marcia Merino (que publicaram autobiografias e estiveram na esfera pública) não explica completamente esse fenômeno. Isto é, aspectos relacionados ao gênero podem ter ampliado a vulnerabilidade dessas mulheres ao julgamento moral durante a ditadura e na democracia, considerando que ambas enfrentaram acusações patriarcais e foram estigmatizadas. Portanto, Lazzara (2008) argumenta que Arce e Merino se converteram em “bodes expiatórios”, com a figura da colaboradora explorada de modo sensacionalista em produções culturais, como o romance *La Vida Doble* (Arturo Fontaine, 2010), que obteve distintos prêmios e uma expressiva recepção positiva de crítica e de público (Blanes, 2019; Bilbija, 2022).

As colaborações e o olhar sobre o passado

Uma interpretação usual dos regimes autoritários frequentemente se apoia em uma estrutura binária, que contrapõe de modo categórico perseguidos e perseguidores. No entanto, a história das ex-militantes revela uma complexidade mais densa, evidenciando que esses polos são permeáveis. Sociedades que vivenciam experiências de violência em larga escala, como a chilena, tendem a buscar refúgio em posições maniqueístas, reduzindo a realidade a eixos simplistas, o que oculta as nuances das dinâmicas de cooptação e resistência. Ou seja, é preciso desconstruir essa lógica binária: “sobrevivência” x “traição”; “público” x “privado”, etc (Longoni, 2007; Calveiro, 2006; Lazzara, 2008; Bilbija, 2022).

Revisitar o percurso dessas colaboradoras torna-se fundamental, pois “a construção da figura da colaboradora resulta, portanto, inseparável de uma leitura histórica da violência da ditadura” (Blanes, 2019, p.173, tradução nossa). Dito de outra maneira, a análise da trajetória de Arce e Merino e de outras mulheres se relaciona intimamente com a própria memória do regime ditatorial chileno, na medida em que a leitura deste período se complexifica significativamente através

da incorporação do conceito de “zonas cinzentas”, que longe de retirar a culpabilidade dos perpetradores ou de trazer uma equivalência entre vítimas e carrascos, revela a necessidade da problematização de dualidades como “bem” x “mal” e “público” x “privado”, entendendo que as colaborações se inserem em contextos não binários e dotados de contradições, assim como as próprias trajetórias dessas mulheres. Além disso, ressaltamos que abordar instituições como os *Centros de Madres* e a *Secretaria de la Mujer* consiste em movimento de evidenciar que as mulheres colaboradoras estavam inseridas dentro dos órgãos de cooptação orquestrados pelo Estado ditatorial, ampliando e complexificando dimensões e estruturas que comportam a historiografia sobre a ditadura militar do Chile.

Investigar as atuações das colaboradoras também é uma ferramenta de questionamento do uso político da categoria “mulher” desenvolvido pelas extremas direitas dos séculos XX e XXI. Observamos como o modelo de “mulher” fomentado pela ditadura atribuía ao indivíduo “mulher” características fixas em um ideário conservador. Algo que, em alguma medida, se reproduz na atualidade. Outro ponto importante é dizer que mulheres como Lucía Hiriart e demais “voluntárias” como colaboradoras escolheram posições políticas, rompendo com a imagem unilateral de vítimas do patriarcado. Afinal, estavam inseridas em uma estrutura que lhes outorgava vários privilégios de classe e raça, que inclusive, corroboraram para a exploração e perseguição de mulheres negras, indígenas e populares.

Fazendo coro às observações de Evelyn Hevia Jordán (2014) e Yosa Vidal (2023), apesar de não haver um consenso sobre as condutas específicas que se enquadrariam sob o conceito de “colaboração”, visto que este é um termo polissêmico, é possível mobilizar uma abordagem elástica e multifacetada para compreendê-lo dentro do regime pinochetista. Sob essa ótica, podemos considerar como colaboradores que, embora não tenham sido diretamente responsáveis pela execução dos crimes, de alguma forma, estiveram envolvidos com o funcionamento da máquina repressiva, seja atuando em seu interior, dentro dos órgãos persecutórios, ou contribuindo de maneira externa, sustentando suas atividades e objetivos gerais da ditadura.

Nessa linha, é possível traçar um paralelo entre o conceito de “colaboração” e a ideia de “zona cinzenta”, que está presente nas reflexões de Primo Levi (2004), ao sugerir que muitos indivíduos desempenharam um papel nas violações sistemáticas, seja por ações ou por omissões, sem necessariamente uma participação explícita ou até voluntária em atos sangrentos. Dessa forma, a colaboração se amplia para abranger uma ampla gama de comportamentos e atitudes, e essa

rede de relações colaboracionistas envolveu personagens heterogêneos que contribuíram para o horror estatal. Essas dinâmicas colaboracionistas se manifestaram em diversos espaços, desde os quartéis clandestinos e centros de detenção da DINA e da CNI, como Villa Grimaldi e Londres 38, até instituições públicas ou assistencialistas como a *Secretaria Nacional de la Mujer* e os *Centros de Madres*. E para concluir, a historiadora chilena Tamara Vidaurrázaga (s.d como citado em Ignacio Vidaurrázaga (2019, n.p), ao se referir às mulheres que participaram da DINA, considera que “o essencialismo diz que somos naturalmente boas, talvez seja por isso que é difícil vê-las como mulheres que escolheram fazer o mal” (tradução nossa). Essa observação nos é particularmente cara, uma vez que argumentamos que essa perspectiva fundamentalista e profundamente estanque sobre os papéis de gênero, além de limitar a análise acadêmica crítica, reproduz valores reacionários.

REFERÊNCIAS

- Aravena Tapia, M. N. (2021). *Mujeres agentes y colaboradoras: representación de la participación femenina en la violencia ejercida por la DINA/CNI (1973-2019)*. [Trabalho de conclusão de curso de graduação]. Universidad Andrés Bello. https://www.academia.edu/129209017/Mujeres_agentes_y_colaboradoras_representaci%C3%B3n_de_la_participaci%C3%B3n_femenina_en_la_violencia_ejercida_por_la_DINA_CNI_1973_2019.
- Arce, L. (1993). *El infierno*. Planeta.
- Beltrán Gálvez, M. A. (2012). La otra cara de la moneda: mujeres que practican violencia. *Revista Punto Género*, (2), 71–92. <https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/28365>.
- Bilbija, K. (2022). *Ni perversas ni traidores: ficciones de colaboración femenina en las dictaduras de Argentina y Chile*. Editorial Cuarto Propio.
- Blanes, J. P. (2019). Figuras y figuraciones de la colaboración en Chile: espacios de ambivalencia entre víctima y perpetrador. In A. Ferrer & V. Sánchez-Biosca (Eds.), *El infierno de los perpetradores: Imágenes, relatos y conceptos* (pp. 156–175). Edicions Bellaterra.
- Borges, E. (2013). O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. *Projeto História*, (47), 85–109. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17135>.
- Calveiro, P. (2006). *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Colihue.
- Carrera, C. (2005). Un secreto a voces. In P. Gutiérrez (Ed.), *Memorias de ocupación: violencia sexual contra mujeres detenidas durante la dictadura* (pp. 61–72). Fundación Instituto de la Mujer. <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-544022.html>.

- Cortés, C. P. (2023). De víctimas a colaboradoras. El quicio en los testimonios de Luz Arce y Marcia Merino. In J. S. Herczeg & C. P. Cortés (Eds.), *Traidores, traidoras y rebeldes* (pp. 157–176). Editorial Universidad de Santiago de Chile. https://www.academia.edu/112873761/TRAIDORES_TRAIDORAS_Y_REBELDES.
- Fernández Villanueva, C. (2011). Ni "almas bellas" ni "guerreros justos": mujeres implicadas en violencia política. *Cuestiones de Género*, (6), 75–96. <https://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/cuestionesdegenero/article/view/3764>.
- Grez, F. (2019). El hispanismo en las mujeres chilenas: las influencias franquistas en la Secretaría Nacional de la Mujer (Chile 1973-1989). In M. Loyola Tapia, A. Gálvez & R. Álvarez Vallejos (Eds). *Mujeres y Política en Chile, siglos XIX y XX* (pp. 275–307). LOM Ediciones.
- Guzmán, N. (2021). *Ingrid Olderock: la mujer de los perros*. Montacerdos.
- Isla, P. (2017). Dictadura militar y construcción identitaria: La categoría ‘Mujer Chilena’. *Revista Estudios de Políticas Públicas*, 171–185. <https://revistaestudiospoliticaspublicas.uchile.cl/index.php/REPP/article/view/4634>.
- Jerez, F. (2014). La mujer como bastión de la Reconstrucción Nacional: representaciones sociales presentes en el Mercurio 1973-1979. *Contextos*, (31), 95–110. <https://revistas.umce.cl/index.php/contextos/article/view/264>.
- Jordán, E. H. (2014). *Memorias subterráneas en el Chile actual: el lugar de la 'traición' en las memorias de sobrevivientes de Villa Grimaldi* [Tese em História]. Universidad de Chile. <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/131417>.
- Kirkwood, J. (1982). *Ser política en Chile: Los nudos de la sabiduría feminista* (2ª ed.). Cuarto Propio.
- Lazzara, J. M. (2008). *Luz Arce: después del infierno*. Editorial Cuarto Propio.
- Lechner, N., & Levy, S. (1984). Notas sobre la vida cotidiana III: El disciplinamiento de la mujer. *Material de discusión Programa FLACSO*, (57). <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-61041.html>.
- Levi, P. (2004). *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas e impunidades 2ª ed.* (L. S. Henriques, Trad.). Paz e Terra.
- Longoni, A. (2007). *Traiciones: la figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión*. Grupo Editorial Norma.
- Maciel, A. F. (2021). (Re)pensando a Unidade Popular: Estado, trabalho e gênero na “via chilena al socialismo” (1970-1973). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 21(31), 320–355. <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/4026>.
- Matus, A. (2013). *Doña Lucía: la biografía no autorizada* (2ª ed.). Ediciones B.
- Memoria Chilena. (s.d.). *Los Centros de Madres en Chile (1930-1989)*. Biblioteca Nacional de Chile. <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100688.html>.
- MemoriaViva. (s.d.). *Luz Arce Sandoval – Violador de DD.HH.* <https://www.memoria-viva.com/criminales/arce-sandoval-luz>.

- MemoriaViva, (s.d.). *Marcia Alejandra Evelyn Merino Vega – Violadora de DD.HH.* Memoria-Viva. <https://www.memoriaviva.com/criminales/merino-vega-marcia-alejandra-evelyn-memoriaviva.com+2memoriaviva.cl+2>.
- Morant, T. (2018). Las mujeres que también fueron fascistas. Los primeros años de la Sección Femenina de Falange (1933-1936) en una mirada transnacional. *Historia del Presente*, (32), 11–26. <https://revistas.uned.es/index.php/HDP/article/view/40439>.
- Power, M. (2008). *La mujer de derecha: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos e Museos.
- Pupin, A. M. (2020). A hispanidade reivindicada: Pinochet e a apropriação do franquismo no Chile (1973-1975). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, (29), 185–204. <https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/3910/3333>.
- Ros Maturro, A. (2025). *Lecciones del giro perpetrador en América Latina (2010-2020)*. RIL Editores.
- Sader, E. (1992). Chile: Socialismo como radicalização da democracia? In E. Sader (Ed.), *Cuba, Chile, Nicaragua: Socialismo na América Latina* (pp. 34–53). Série História Viva.
- Sepúlveda, V. (2023). El influjo del falangismo español en Chile: La Secretaría Nacional de la Mujer y la recepción de los modelos y políticas de la Sección Femenina de FET y de las JONS. *Historia* 396, (13)2, 1–25. <https://doi.org/10.4067/S0717-71942023000200001>.
- Valdés, T., & Weinstein, M. (1993). *Mujeres que sueñan: Las organizaciones de pobladoras en Chile: 1973-1989*. FLACSO.
- Valdés, T. (1987). *Las mujeres y la dictadura militar en Chile*. FLACSO.
- Valdivia, V. (2010). "¡Estamos en guerra, señores!". El régimen militar de Pinochet y el "Pueblo", 1973-1980. *Historia*, (1)43, 163-201. https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-71942010000100005.
- Vega, M. A. M. (1993). *Mi verdad: “Más allá del horror, yo acuso”*. A.T.G.
- Vidal, Y. (2023). Ontología de la traición: el cuerpo torturado del traidor en Marcia Merino, *Mi verdad* (1993). In J. S. Herceg & C. P. Cortés (Eds.), *Traidores, traidoras y rebeldes* (pp. 177–204). Santiago: Editorial Universidad de Santiago de Chile. https://www.academia.edu/112873761/TRAIDORES_TRAIDORAS_Y_REBELDES.
- Vidaurrázaga, I. (2019). *Las mujeres de la DINA: leales e impunes*. Cooperativa.cl. <https://opinion.cooperativa.cl/opinion/justicia/las-mujeres-de-la-dina-leales-e-impunes/2019-02-25/091828.html>.
- Vidaurrázaga, T., & Ruiz, M. O. (2018). Sacrificio, pureza y traición en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, (35), 29–44. <http://revistas.uach.cl/index.php/racs/article/view/4193/5252>.